DocuSign Envelope ID: C13145AA-4177-4491-BF97-318B5E6FDB0F

CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A.

CNPJ nº 22.467.235/0001-20

Demonstração Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Balanços Patrimoniais	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo/Circulante		571	670
Caixa e equivalentes de caixa	5	110	234
Contas a receber	6	417	264
Impostos a recuperar		3	88
Outros créditos		41	84
Não Circulante		13.054	10.793
Realizável a Longo Prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.2	5	5
Depósitos judiciais		3	3
		8	8
Ativo de contrato	7	529	441
Intangível	8	12.517	10.344
Total do Ativo		13.625	11.463

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2021	3.200	(2.913)	287
Prejuízo do exercício	–	(484)	(484)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.200	(3.397)	(197)
Prejuízo do exercício	–	(717)	(717)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.200	(4.114)	(914)

Balanços Patrimoniais	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)/Circulante		2.566	560
Empréstimos e financiamentos	9	915	190
Fornecedores		198	193
Obrigações sociais		164	136
Obrigações fiscais		46	9
Partes relacionadas	10	1.230	8
Outras obrigações		13	24
Não Circulante		11.973	11.100
Empréstimos e financiamentos	9	4.711	5.300
Partes relacionadas	10	7.261	5.800
Provisão para ações judiciais	11	1	–
Total do passivo		14.539	11.660
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	12		
Capital social		3.200	3.200
Prejuízos acumulados		(4.114)	(3.397)
Total do patrimônio líquido		(914)	(197)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		13.625	11.463

Demonstrações do Resultado	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita Líquida	13	7.633	5.007
Custo dos Serviços Prestados	14	(6.660)	(4.457)
Lucro Bruto		973	550
Receitas e Despesas Operacionais			
Gerais e administrativas	14	(359)	(109)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		40	19
		(319)	(90)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		654	460
Resultado Financeiro		(1.371)	(944)
Receitas financeiras	15	135	173
Despesas financeiras	15	(1.506)	(1.117)
Prejuízo do Exercício		(717)	(484)

Demonstrações do Resultado Abrangente	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do Exercício	(717)	(484)
Total do resultado abrangente do exercício	(717)	(484)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício		(717)	(484)
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Amortização de intangível	8	479	429
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	771	808
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	10	546	–
Baixas do ativo intangível	8	1	8
Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa	6	(3)	(6)
Provisão para ações judiciais		1	–
Variação nos ativos operacionais: Contas a receber	6	(150)	41
Impostos a recuperar		85	(61)
Outros créditos		43	(25)
Variação nos passivos operacionais: Fornecedores		5	(50)
Obrigações sociais		28	(20)
Obrigações fiscais		37	(29)
Partes relacionadas	10	1.222	–
Outras obrigações		(11)	12
Caixa gerado nas atividades operacionais		2.337	623
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	9	(635)	(1.020)
Caixa oriundo das atividades operacionais		1.702	(397)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de ativo intangível	8	(2.247)	(534)
Aquisição de ativo de contrato	7	(494)	(441)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(2.741)	(975)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Captações de empréstimos e financiamentos	9	–	5.300
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	9	–	(6.338)
Arrendamento mercantil		–	(3)
Liberação (captação) de empréstimos com partes relacionadas	10	915	2.443
Caixa gerado nas atividades de financiamento		915	1.402
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(124)	30
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	234	204
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	110	234
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(124)	30

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Informações gerais: A CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A. ("Sociedade"), foi constituída em 10/04/2015, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o Contrato de Concessão decorrente do Edital de Concorrência nº 0002/2014 ("Contrato"), celebrado com o Município de Paraibuna cujo objeto consiste na exploração do serviço público municipal de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que compreende o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. O prazo do contrato é de 30 (trinta) anos contados da data de vigência da Ordem de Serviço e se encerrará com a formalização do respectivo Termo de Devolução do Sistema, podendo ser prorrogado até o limite de 30 (trinta) anos. A Concessão será integrada pelos bens que lhe estão afetos, considerado como todas as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, acessórios, enfim todos os bens necessários e vinculados à adequada execução do Serviço Público de Água e Esgoto. **Situação financeira:** Em 31/12/2022, a Sociedade apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R$ 1.995 e apresentou um aumento no saldo do passivo circulante, no montante de R$ 2.006, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento no saldo do passivo circulante corresponde, substancialmente, ao aumento da provisão do contas a pagar com partes relacionadas. A Sociedade possui prejuízo acumulado em 31/12/2022 no montante de R$ 4.114 (R$ 3.397 em 31/12/2021). A Administração da Sociedade entende que não há indícios de descontinuidade operacional. A Administração da Sociedade afirma que, através de suas projeções de fluxos de caixa futuros do seu plano de negócios, terá caixa suficiente para garantir o pagamento de todas as suas obrigações de curto prazo, previstas até o encerramento do exercício de 2023. O plano de negócios aprovado pela Administração da Sociedade está pautado em: i) reequilíbrio contratual aprovado gerando mais recursos; ii) monitorar os títulos atrasados para diminuição da inadimplência; iii) redução de custos operacionais e aumento da produtividade gerando aumento das margens operacionais; e iv) suporte financeiro de seus controladores. A Administração entende que as ações mencionadas acima possibilitam a manutenção de suas atividades operacionais e garantem a manutenção do caixa necessário para sua operação. Devido à grande importância dos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário, a Sociedade continua investindo na ampliação de suas estações de tratamento. Tais investimentos estão totalmente atrelados à expansão das estações de tratamento realizada nos últimos anos, além de proporcionar o aumento da capacidade da prestação do serviço oferecido pela Sociedade. **Impactos do conflito e das sanções relacionadas na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia:** A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, gera instabilidades econômicas no Brasil e no mundo. Muitos países impuseram e continuam a impor novas sanções a determinadas entidades e indivíduos russos. Sanções também foram impostas à Bielorrússia. Até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis, a Administração da Sociedade avaliou e concluiu que não houve impactos significativos em sua operação, tendo em vista o fato de a Sociedade não transacionar com commodities, não exportar e não possuir operações nesses países. A Administração avalia de forma constante o desdobramento do assunto com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações. **2. Políticas Contábeis: 2.1. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis são elaboradas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados aos seus valores justos no final de cada exercício. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. A Administração da Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Orientação, na preparação das suas demonstrações contábeis. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade em sua gestão. As demonstrações contábeis foram autorizadas pela Administração para emissão em 29/03/2023. **2.2. Classificação corrente versus não corrente:** A Sociedade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Sociedade; • Está mantido, essencialmente, com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Com exceção dos critérios acima, todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional da Sociedade; • Está mantido, essencialmente, com a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • A Sociedade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais, não afetam a sua classificação. A Sociedade classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.3. Mensuração do valor justo:** A Sociedade mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo e, ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, sendo que o mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Sociedade. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Sociedade utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • **Nível 1:** os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Todos os instrumentos financeiros da Sociedade são considerados de nível 2. **2.4. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. A contabilização dos instrumentos financeiros é feita de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. **2.4.1. Ativos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentes ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Sociedade para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou, para as quais, a Sociedade tenha aplicado o expediente prático, a Sociedade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo do negócio adotado. O modelo de negócios da Sociedade para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. **b) Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida):** Para os instrumentos de dívida do valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. **Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais):** No reconhecimento inicial, a Sociedade pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros, e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os principais ativos financeiros da Sociedade são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, ativo de contrato e outros créditos. Esses ativos financeiros da Sociedade são classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. **c) Baixa de ativos financeiros (desreconhecimento):** Um ativo financeiro ou parte dele é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Sociedade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e a Sociedade transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo ou a Sociedade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Sociedade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se - e em que medida - reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Sociedade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Sociedade. **d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros *(impairment)*:** A Sociedade reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxima da taxa de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas: • Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses. • Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para as contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Sociedade aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Sociedade não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Sociedade estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Sociedade considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 180 dias. No entanto, em certos casos, a Sociedade também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas e externas indicam ser improvável a Sociedade receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Sociedade. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **2.4.2. Passivos financeiros: a) Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **b) Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos derivativos contratados pela Sociedade que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, forem atendidos. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Sociedade. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Os principais passivos financeiros da Sociedade são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras obrigações. Esses passivos financeiros da Sociedade são classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. **c) Baixa de passivos financeiros (desreconhecimento):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias, depósitos bancários e investimentos de curto prazo, com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. **2.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber são classificadas como custo amortizado. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis. Correspondem a valores a receber dos clientes em decorrência dos serviços prestados de tratamento de água e esgotamento sanitário. A provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas esperadas. Ao mensurar a PECLD, a Administração da Sociedade usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros. A probabilidade de inadimplência é um dado considerado importante para a mensuração da PECLD. O critério para constituição da PECLD são os títulos a receber que possuem vencimento a mais de 180 dias. Para clientes com valores parcelados, são constituídos na PECLD os títulos parcelados que possuem vencimento a mais de 90 dias, avaliando também a perda histórica a cada fechamento. **2.7. Intangível:** Ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem substância física ou incorpóreo, isto é, possui valor econômico, mas não tem existência física. Representa direitos de uso de um bem ou direitos associados a uma organização. Ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido de amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo são os seguintes:

Classe de ativos intangíveis	Vida útil
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Investimento na concessão	30 anos
Sistema de abastecimento de água	30 anos
Sistema de esgotamento sanitário	30 anos
Direito de uso de arrendamento	2 a 4 anos
Software	5 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar de esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado (desreconhecido) quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **Contratos de concessão classificados como intangível e ativo de contrato:** A Sociedade contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A Sociedade reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. Em um contrato de concessão, a estimativa de vida útil é o período contado a partir de quando a entidade se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. A Sociedade reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo não é finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como intangível por meio de transferências entre contas, pois é nesse momento que esse ativo está pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização. **2.8. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - "UGC"). **2.9. Custo dos empréstimos e financiamentos:** Os custos dos empréstimos e financiamentos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados aos custos de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou venda pretendida. **2.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão, foi mensurado a valor presente, e é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança. Toda ação judicial que tiver causa provável de perda, é feita a provisão contábil. **2.11. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor, acima do valor mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária (AGO). **2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **2.13. Tributos: Lucro real:** A Sociedade é optante pelo lucro real e calcula o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferida sobre o lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação tributária, aplicando a alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real diferente do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. **Imposto de renda e contribuição social - diferidos:** O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações contábeis e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas. O valor contábil de ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado quando não for mais provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Sociedade contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.14. Receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e vendas de mercadorias no curso normal das atividades da Sociedade. Nas demonstrações contábeis, a receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Sociedade reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional é devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido). Os direitos a faturar são decorrentes da prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ocorridas no exercício, cujo faturamento ocorrerá no mês subsequente em

DocuSign Envelope ID: C13145AA-4177-4491-BF97-318B5E6FDB0F

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A.

→ continuação

7. Ativo de contrato: O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Sociedade de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de água e tratamento de esgoto, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, o ativo de contrato será classificado como intangível. A movimentação do ativo no período é o seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	441	2.760
Adições (i)	494	441
Transferências (ii)	(406)	(2.760)
Total	529	441

(i) As adições correspondem as obras em andamento. No ano de 2022, as obras mais representativas correspondem às ampliações nas redes coletoras de esgoto do município de Paraibuna. (ii) Referem-se às transferências para o ativo intangível em decorrência da conclusão das obras.

8. Intangível

Custo	31/12/21	Adições	Baixas	Transferências	31/12/22
Investimento na concessão	654	25	–	–	679
Sistema de abastecimento de água	4.124	171	(1)	–	4.294
Sistema de esgotamento sanitário	6.126	2.003	–	406	8.535
Máquinas, aparelhos e equipamentos	40	11	–	–	51
Móveis e utensílios	28	11	–	–	39
Equipamentos de informática	49	26	–	–	75
Direito de uso - arrendamento mercantil	–	–	–	–	–
Software	31	–	–	–	31
	11.052	2.247	(1)	406	13.704

Amortização	31/12/21	Adições	Baixas	Transferências	31/12/22
Investimento na concessão	(107)	(23)	–	–	(130)
Sistema de abastecimento de água	(273)	(167)	–	–	(440)
Sistema de esgotamento sanitário	(291)	(270)	–	–	(561)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(7)	(4)	–	–	(11)
Móveis e utensílios	(10)	(3)	–	–	(13)
Equipamentos de informática	(15)	(11)	–	–	(26)
Direito de uso - arrendamento mercantil	–	–	–	–	–
Software	(5)	(1)	–	–	(6)
	(708)	(479)	–	–	(1.187)

Saldo líquido	31/12/22	31/12/21
Investimento na concessão (i)	549	547
Sistema de abastecimento de água (ii)	3.854	3.851
Sistema de esgotamento sanitário (ii)	7.974	5.835
Máquinas, aparelhos e equipamentos	40	33
Móveis e utensílios	26	18
Equipamentos de informática	49	34
Direito de uso - arrendamento mercantil	–	–
Software	25	26
	12.517	10.344

Custo	31/12/20	Adições	Baixas	Transferências	31/12/21
Investimento na concessão	608	46	–	–	654
Sistema de abastecimento de água	1.269	165	(7)	2.697	4.124
Sistema de esgotamento sanitário	5.795	268	–	63	6.126
Máquinas, aparelhos e equipamentos	18	22	–	–	40
Móveis e utensílios	23	6	(1)	–	28
Equipamentos de informática	22	27	–	–	49
Direito de uso - arrendamento mercantil	164	–	(164)	–	–
Software	31	–	–	–	31
	7.930	534	(172)	2.760	11.052

Amortização	31/12/20	Adições	Baixas	Transferências	31/12/21
Investimento na concessão	(85)	(22)	–	–	(107)
Sistema de abastecimento de água	(121)	(152)	–	–	(273)
Sistema de esgotamento sanitário	(49)	(242)	–	–	(291)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(4)	(3)	–	–	(7)
Móveis e utensílios	(8)	(2)	–	–	(10)
Equipamentos de informática	(8)	(7)	–	–	(15)
Direito de uso - arrendamento mercantil	(164)	–	164	–	–
Software	(4)	(1)	–	–	(5)
	(443)	(429)	164	–	(708)

Saldo líquido	31/12/21	31/12/20
Investimento na concessão (i)	547	523
Sistema de abastecimento de água (ii)	3.851	1.148
Sistema de esgotamento sanitário (ii)	5.835	5.746
Máquinas, aparelhos e equipamentos	33	14
Móveis e utensílios	18	15
Equipamentos de informática	34	14
Direito de uso - arrendamento mercantil		–
Software	26	27
	10.344	7.487

A Sociedade revisa a cada exercício a vida útil e os valores residuais dos bens do ativo intangível. Não houve mudança nas taxas e nos valores residuais em relação ao exercício anterior. Os anos de vida útil estimados para cada grupo de ativo intangível estão divulgados na nota explicativa nº 2.7. **(i) Investimentos na concessão:** Esses investimentos englobam bens e serviços necessários à melhoria das redes e das estruturas de captação e distribuição, os quais serão revertidos ao poder concedente ao final do prazo da concessão. A amortização é efetuada de forma linear considerando o menor prazo entre a vida útil dos ativos ou o prazo da concessão. **(ii) Sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário:** Correspondem às estações de tratamento de esgoto (elevatórias e redes) e de tratamento de água (reservatórios e redes).

9. Empréstimos e financiamentos

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Banco Itáu	CDI + 2,40% a.a.	09/08/2027	5.626	5.490
			5.626	5.490
Passivo circulante			915	190
Passivo não circulante			4.711	5.300
			5.626	5.490

O financiamento contratado com o Banco Itáu Unibanco S.A., em 30/07/2021, no montante de R$ 5.300, tem como objetivo permitir à Sociedade a realização dos investimentos compromissados quando da obtenção da concessão. A liberação do recurso ocorreu em 9/08/2021. O prazo total do contrato é de 6 anos com 2 anos de carência. Durante o período de carência, o contrato prevê pagamentos semestrais dos encargos. Após esse período, os encargos e principal serão pagos mensalmente. O vencimento final do contrato será em 9/08/2027. Nesse contrato de financiamento, há cláusula restritiva denominada "covenants", aplicável após o encerramento do prazo de carência, ou seja, a partir de 2024. A Sociedade assumiu os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constantes no contrato: • Manter o quociente entre a Dívida Bancária Líquida e o EBITDA igual ou superior a 3,5. • Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,3. Caso esse índice não seja cumprido, a Sociedade não poderá: i) contrair nova dívida financeira, seja na posição ativa ou passiva, cujo valor seja superior a R$ 5.000; ii) realizar o pagamento de dividendos acima do mínimo legal; e iii) realização redução do capital social. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	5.490	6.740
Captação de novos empréstimos e financiamentos	–	5.300
Juros incorridos no período	771	808
Amortização de principal	–	(6.338)
Amortização de juros	(635)	(1.020)
	5.626	5.490

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	31/12/2022
2024	1.178
2025	1.178
2026	1.178
2027	1.177
	4.711

10. Partes relacionadas

31/12/2022	Contas a pagar	Mútuo a pagar	Despesas financeiras	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
GS Inima Brasil Ltda. (i)	1.213	7.194	(546)	(139)
GS Inima Serviços de Saneamento Ltda.	17	–	–	–
Enorsul Serviços em Sanemaento Ltda. (ii)	–	67	–	–
	1.230	7.261	(546)	(139)

31/12/2021	Contas a pagar	Mútuo a pagar	Despesas financeiras	Despesas operacionais (serviços prestados pelo CSC)
GS Inima Brasil Ltda. (i)	8	5.800	–	(115)
	8	5.800	–	(115)

(i) Os saldos de contas a pagar com a GS Inima Brasil Ltda. em 31/12/2022, no montante de R$ 1.213, correspondem à construção do Reator Aeróbico de Biofilme. Em 31/12/2022, a Sociedade possui dois contratos de mútuos com a GS Inima Brasil Ltda., que possuem as seguintes cláusulas contratuais: • Em 23/01/2020, a Sociedade firmou o contrato de linha de crédito no montante de R$ 5.800, onde R$ 3.357 foram liberados em 2020 e R$ 2.443 foram liberados em 2021. Esse mútuo é atualizado, mensalmente, pelo IPCA e possui vencimento em 24/01/2032. Em 31/12/2022 e de 2021, o saldo desse mútuo encontra-se registrado no passivo não circulante. • Em 8/02/2022, a Sociedade firmou o contrato de linha de crédito no montante de R$ 1.710 (saldo liberado R$ 848). Os juros serão calculados a atualizados a partir do mês subsequente à disponibilização total da linha de crédito que está prevista para ocorrer até 31/07/2023. O contrato de mútuo possui vencimento em 31/12/2044. Em 31/12/2022, o saldo desse mútuo encontra-se registrado no passivo não circulante. (ii) Em 25/02/2022, a Sociedade firmou com a Enorsul Serviços em Saneamento Ltda. a linha de crédito no montante de R$ 90 (saldo liberado R$ 67). Os juros serão calculados a atualizados a partir do mês subsequente à disponibilização total da linha de crédito que está prevista para ocorrer até 31/07/2023. O contrato de mútuo possui vencimento em 31/12/2044. Em 31/12/2022, o saldo desse mútuo encontra-se registrado no passivo não circulante. A movimentação dos mútuos está demonstrada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	5.800	3.357
Liberação de mútuos	915	2.443
Juros incorridos no período	546	–
	7.261	5.800

11. Provisão para ações judiciais

	31/12/2022	31/12/2021
Contingências trabalhistas	1	–
	1	–

O cálculo da provisão para ações judiciais leva em consideração a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, da Sociedade. Todas as ações judiciais, sejam elas de natureza tributária, cível, administrativa, ambiental ou trabalhista, são provisionadas se a classificação da probabilidade de perda por parte da Sociedade for provável. A Sociedade é parte em outros processos que totalizam o montante de R$ 52 (R$ 54 em 31/12/2021), com probabilidades de perdas definidas como possíveis, com base na posição de seus consultores jurídicos. Esses processos possuem as seguintes naturezas:

Natureza	31/12/2022	31/12/2021
Reclamações cíveis	52	54
	52	54

12. Patrimônio líquido (passivo a descoberto): 12.1. Capital social: Em 31/12/2022 e de 2021, o valor do capital social é de R$ 3.200 e está representado por 3.200.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e estão assim distribuídas:

	Quantidade de ações	Participação direta no capital social
GS Inima Brasil Ltda.	3.040.000	95%
Enorsul Serviços em Saneamento Ltda.	160.000	5%
	3.200.000	100%

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **12.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto social, na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital acrescido das reservas. Em 31/12/2022 e de 2021, por não ter apurado lucro operacional, a Sociedade não possui saldo de reserva legal constituído. **12.3. Dividendos:** O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos às ações ordinárias, atendendo ao percentual anual mínimo de 25% sobre o lucro líquido, quando existir, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. Em 31/12/2022 e de 2021, por não ter apurado lucro operacional, não houve distribuição.

13. Receita líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta: Tratamento de água (i)	3.424	2.908
Tratamento de esgoto (i)	1.904	1.616
Serviços de construção (ii)	2.741	874
Gestão comercial	91	93
	8.160	5.491
Deduções da receita: PIS	(89)	(75)
COFINS	(410)	(346)
Vendas canceladas e descontos concedidos	(28)	(63)
	(527)	(484)
Receita líquida	**7.633**	**5.007**

(i) O aumento na receita proveniente do tratamento de água e esgoto corresponde a três fatores: reajuste anual, ligações ativas e volumes tratados. A partir de dezembro de 2021, passou a vigorar o reajuste anual sobre o valor das tarifas de fornecimento de água e esgoto no percentual de 16,13% impactando no ano de 2022. (ii) As receitas dos serviços de construção são reconhecidas com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se às ampliações redes de esgoto do município de Paraibuna e a construção do reator biológico anaeróbico. A Administração da Sociedade entende que a concessão de água e esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

14. Custos e despesas por natureza: Estão representados por:

Custo dos serviços prestados	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(1.609)	(1.461)
Materiais	(399)	(397)
Serviços de terceiros	(220)	(205)
Energia elétrica	(817)	(738)
Depreciação e amortização	(470)	(424)
Obras civis (i)	(2.741)	(874)
Taxas de licença de operação e gerenciamento	(10)	(9)
Aluguéis	(87)	(82)
Combustíveis e manutenção de veículos	(127)	(131)
Seguros	(79)	(68)
Outros custos com operação	(101)	(68)
	(6.660)	(4.457)

(i) Os custos dos serviços de construção são reconhecidos com base no estágio de conclusão das obras realizadas e referem-se às ampliações redes de esgoto do município de Paraibuna e a construção do reator biológico anaeróbico. A Administração da Sociedade entende que a concessão de água e esgoto não prevê margem de lucro na construção, por isso a receita de construção é igual ao custo.

Despesas gerais e administrativas	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(6)	–
Materiais	(5)	(4)
Serviços de terceiros	(116)	(46)
Serviços do CSC (Centro de Serviços Compartilhados)	(139)	(115)
Depreciação e amortização	(9)	(5)
Despesas jurídicas	–	(8)
Publicidade e propaganda	(19)	(17)
Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	3	(6)
Provisão para ações judiciais	(1)	–
Outros impostos e taxas	(32)	(28)
Doações	(10)	(3)
Gastos com veículos e com viagens	(9)	(5)
Outras despesas operacionais	(16)	128
Total das despesas gerais e administrativas	**(359)**	**(109)**

15. Resultado financeiro

	31/12/2022	31/12/2021 (reclassificado)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	10	8
Variação monetária e cambial	–	1
Juros sobre títulos recebidos	132	172
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(7)	(8)
	135	173
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(771)	(808)
Descontos concedidos	(57)	(67)
Juros e despesas bancárias	(115)	(210)
Juros sobre mútuos	(546)	–
Outras despesas financeiras	(17)	(32)
	(1.506)	(1.117)
Total do resultado financeiro	(1.371)	(944)

Reclassificação: Nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2021, emitidas em 18/02/2022, o saldo de R$ 8 foi divulgado como despesa financeira na linha de "outras despesas financeiras". Tendo em vista a natureza desse saldo corresponder a impostos sobre a receita financeira, mais especificamente, PIS e COFINS, a Administração da Sociedade reclassificou o referido saldo para a rubrica de "receitas financeiras" em 2022 e no período comparativo.

16. Imposto de Renda e Contribuição Social: 16.1. Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do IR e da CS	(717)	(484)
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa calculada com IRPJ e CSLL à alíquota vigente	(244)	(165)
Ajustes para alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	–	–
Diferenças permanentes	244	165
Despesa com IR e CS corrente	–	–
Correntes	–	–
Diferidos	–	–
	–	–

16.2. Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo fiscal diferido (i)	5	5
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	–	–
	5	5

(i) O ativo fiscal diferido está atrelado às seguintes diferenças temporárias: provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa. A expectativa de realização do ativo fiscal diferido é como segue:

	31/12/2022
2023	5
	5

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	31/12/2022 Ativo	31/12/2021 Ativo
Saldo em 1º de janeiro	5	–
Reconhecimento na demonstração do resultado	–	–
	5	–

17. Demonstrações dos fluxos de caixa: A seguir demonstramos as transações que não afetaram o caixa em 31/12/2022 e de 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Transferências do ativo de contrato para intangível	406	2.760
	406	2.760

18. Cobertura de seguros: A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução e cumprimento do contrato de construção e das demais funções operacionais. Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "todos os riscos" para os danos materiais, cobrindo perdas, destruição ou danos dos bens que integram o contrato, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: risco de construção, projetista, maquinário e equipamento de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas. Os seguros contratados abrangem as seguintes modalidades: risco de engenharia, riscos patrimoniais, perdas de receita, responsabilidade civil e garantia de obrigações contratuais. Em 31/12/2022, as coberturas de seguro são resumidas como segue:

Tipo de cobertura	Importâncias seguradas
Garantia de contrato	1.226
Riscos de engenharia	5.384
Riscos operacionais	11.591
Frota	100% tabela Fipe

19. Eventos subsequentes: Em 8/02/2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram desse tema concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração da Sociedade avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31/12/2022, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Diretoria

Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente

Fernando Shlieper - Diretor Financeiro

Contador

Rodrigo Basso - CRC 1SP266229/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e aos Acionistas da **CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A.** Paraibuna - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAEPA - Companhia de Água e Esgoto de Paraibuna S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29/03/2023

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Marcos Vinicius Galina Colombari
Contador CRC 1 SP 262247/O-8

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 12/04/2023 20:11:50 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*